



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

O *trust* enquanto instrumento de garantia do cumprimento das obrigações

Maria Luísa de Sá Fernandes Martins

Faculdade de Direito | Escola do Porto

2018



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

O *trust* enquanto instrumento de garantia do cumprimento das obrigações

Dissertação de mestrado na área de Direito Privado, realizada sob orientação da Professora Doutora Maria João Vaz Tomé.

Maria Luísa de Sá Fernandes Martins

Faculdade de Direito | Escola do Porto

2018

Agradecimentos

A presente dissertação de mestrado é mais do que um trabalho de investigação. É, também, o resultado de importantes apoios, pelos quais estou eternamente grata.

Agradeço ao meu pai, pelo apoio incondicional, por acreditar em mim, por ser um exemplo a seguir, por me inculcar os melhores princípios e, acima de tudo, por estar sempre presente.

À Professora Doutora Maria João Vaz Tomé, orientadora desta dissertação, agradeço profundamente pelos conhecimentos prestados, por me ter guiado e pela disponibilidade dispensada.

Um agradecimento especial à Professora Dra. Ana Andrade, pelo tempo e trabalho despendidos e por se mostrar sempre disponível a ajudar os alunos.

Resumo

Esta dissertação apresenta o *trust* enquanto instrumento de garantia do cumprimento das obrigações. As suas estruturas objetiva e subjetiva serão abordadas antes de nos debruçarmos sobre o tema principal.

A presente exposição pretende demonstrar em que medida o *trust* assume um papel garantístico para os credores no tráfico jurídico. Para tal, reunimos alguns exemplos, onde essa função garantística se encontra presente.

Apesar da escassez de informação, a nível nacional, cremos ter atingido o objetivo a que nos propusemos.

Abstract

This dissertation presents the *trust* as an instrument for ensuring the fulfillment of obligations. Its objective and subjective structures will be addressed before we turn to the main theme.

The present presentation seeks demonstrating to what extent the *trust* assumes a guaranteeing role for creditors in legal traffic. Having this in mind, we have gathered some examples where this guaranty function is present.

Despite the lack of national information we believe that we have achieved the objective we aimed.

Palavras-chave

Trust, garantia, disponente, beneficiário, administrador, credor, devedor, obrigação.

Índice

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I- Constituição e estrutura	8
1. O <i>express trust</i> e as três certezas	10
2. Sujeitos	11
2.1. O disponente.....	12
2.2. O administrador.....	13
2.2.1. Deveres do administrador.....	14
2.2.2. Poderes do administrador	18
2.2.3. Direitos do administrador e responsabilidade	18
2.3. O beneficiário e os seus direitos.....	19
3. Âmbito objetivo – o que pode ser objeto do <i>trust</i> ?	22
CAPÍTULO II- O <i>trust</i> enquanto instrumento de garantia do cumprimento das obrigações.....	24
1. Em geral	24
2. Insolvência do administrador	26
3. Credores do disponente	27
4. Credores do administrador	27
5. Credores do beneficiário	28
5.1. Cláusula <i>spendthrift</i>	28
5.2. <i>Discretionary trust</i>	29
6. <i>Quistclose trust</i>	30
6.1. Caso <i>Twinsectra</i>	32
7. <i>Twilight trust</i>	33
8. <i>Deed of Trust</i>	34
9. <i>Trust mortgages</i>	35
10. <i>Pension fund</i>	36
10.1. <i>Secular trust</i>	37
10.2 <i>Rabbi trust</i>	37
10.3 <i>Rabbicular trust</i>	38
Conclusão.....	39
Referências bibliográficas.....	41

INTRODUÇÃO

Com a presente dissertação, pretendemos dar a conhecer o papel do *trust*. Trata-se de um instrumento que assume várias facetas. Por ser uma figura tão “camaleónica”, iremos relevar quais as suas mais variadas funções, focando-nos, essencialmente, na sua vertente enquanto instrumento de garantia do cumprimento das obrigações. Iremos concomitantemente apresentar alguns exemplos de tipologias de *trusts* onde essa sua função é notória.

Devido ao facto de se tratar de um instrumento tão complexo, iremos focar-nos apenas no *express trust*.

Segue-se a exposição do seu âmbito subjetivo, onde descrevemos a sua constituição e sujeitos, bem como uma breve alusão ao âmbito objetivo e, por fim, a questão principal: as demonstrações do uso do *trust* enquanto instrumento de garantia do cumprimento das obrigações, no sentido de dilucidar de que forma pode ser usado para acautelar o interesse do credor.

Com a presente exposição, esperamos demonstrar o modo como o *trust* assume a faceta de instrumento de garantia do cumprimento das obrigações.

CAPÍTULO I- Constituição e estrutura

Alastair Hudson¹ aponta os quatro elementos do *trust*: a equidade e o dever de agir em consciência, os direitos do beneficiário, as obrigações do administrador e, por fim, o carácter fiduciário da relação entre ambos estabelecida.

O carácter fiduciário da relação tem na sua génese a fidúcia. Relativamente à origem etimológica do termo fidúcia, esta deriva do termo latino *fides* que corresponde à confiança².

A confiança encontra-se presente, na medida em que alguém se encontra convicto de que outrem irá agir de determinada forma. A relação fiduciária é uma relação baseada na lealdade e na boa-fé. Quando constitui o *trust*, o disponente tem determinadas expectativas quanto à conduta de determinado sujeito, que nomeia administrador, confiando no cumprimento das suas funções. O beneficiário, por seu turno, forma também a expectativa de que o administrador atue em conformidade com o seu interesse, no exercício da administração³. O administrador e o beneficiário não se encontram totalmente apartados entre si, pois que existe também uma relação de carácter fiduciário entre ambos: trata-se do quarto elemento referido pelos autores *supra* mencionados.

É o disponente que, enquanto promotor, decide sobre o conteúdo do *trust*. Não se trata de um contrato, pois que o ato de constituição do *trust* se consubstancia, no entendimento da melhor doutrina, numa declaração unilateral não recipianda⁴, assente no princípio da liberdade de forma. Para o *trust* surgir, é necessária a declaração de vontade do disponente⁵, traduzida num negócio unilateral⁶, não sendo pois necessária a aceitação do administrador para a sua perfeição⁷. De acordo com Christian De Wulf, não é necessária a aceitação do administrador nem do beneficiário⁸.

¹ Hudson, Alastair (Produtor), (2007) “What is a trust?” *Podcasts on equity & Trusts*[Áudio podcast], <http://www.alastairhudson.com/podcasts/E&T%20Mixed%20Podcasts/1-What%20is%20a%20trust.MP3>

² PEREIRA, Fábio Queiroz. “Fidúcia: origem, estrutura e tutela”, p.18.

³ HUDSON, Alastair- *Equity & trusts*, p.85.

⁴ TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS - *A Propriedade Fiduciária (Trust)*, p.35.

⁵ TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS, op.cit., p.36.

⁶ O trust ganha existência com a declaração unilateral do disponente. WULF, Christian De- *The trust and corresponding institutions in the civil law*, p.28.

⁷ “(...) produz efeitos na sua esfera jurídica independentemente do seu conhecimento” TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPO, op.cit. p.37.

⁸ WULF, Christian De, op.cit., p.8.

Cingir-nos-emos a um tipo de *trust*: o *express trust*, aquele que ganha existência, nas palavras de Alastair Hudson⁹, quando estabelecido expressamente. Deixaremos de parte os restantes – os *resulting* e *constructive trusts*.

A declaração de vontade em apreço, como já referimos, obedece ao princípio da liberdade de forma, exceto se estiverem em causa bens imóveis. Nesse caso, o ato constitutivo deve adotar a forma escrita e ser acompanhado da assinatura do disponente¹⁰. Segundo Christian De Wulf, a necessidade de observância de forma escrita quando o *trust* tenha por objeto bens imóveis deve-se ao facto de o *trust* não estar sujeito a registo. Não sendo, destarte, dotado da publicidade permitida pelo registo¹¹ há que acautelar a necessidade de provar a existência do *trust*.

O disponente decide¹² sobre a duração temporal do *trust*, sobre a sua (i)modificabilidade¹³ e (i)revogabilidade¹⁴, sobre as suas causas de extinção e, no caso de extinção, sobre o destino dos bens que formam o seu objeto¹⁵, sobre a transmissibilidade dos bens, sobre a reserva ou não da faculdade de destituir o administrador, sobre a possibilidade de realização de benfeitorias¹⁶ (já que as reparações se têm por incluídas¹⁷). Assim, no ato de constituição do *trust*, o disponente goza de uma ampla margem de liberdade na sua conformação.

De acordo com António Barreto, a relação de confiança, a segregação dos bens constituídos em *trust* e a proteção jurídica da pessoa ou pessoas dos beneficiários constituem os elementos do *trust*¹⁸.

Relativamente à segregação patrimonial, o disponente pode optar por uma de duas vias na constituição do *trust*. De um lado, um *trust* em que o disponente é titular de

⁹ HUDSON, Alastair. op.cit., p.48.

¹⁰ WULF, Christian De. op.cit., p.28.

¹¹ Patrão, Afonso – “Reflexões sobre o reconhecimento de trusts voluntários sobre imóveis situados em Portugal”, *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. LXXXVII (2011), p.364.

¹² “the method of administering the trust property and the powers and duties of the trustee are often specified in the trust instrument”. WULF, Christian De. Op.cit., p. 29.

¹³ TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS, op.cit. p.164.

¹⁴ “Refira-se que, salvo declaração expressa, rege a presunção da irrevogabilidade do *trust*” p. 41, “por outro lado, os tribunais, em gral, interpretam o poder de revogação, quando estabelecido no ato constitutivo, como que contendo o poder de modificação” TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS. op.cit. p.164.

¹⁵ WULF, Christian De. op.cit. p.29.

¹⁶ “Este poder, mesmo que não previsto no ato constitutivo, é suscetível de ser concedido ao administrador pelo tribunal” TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS. op.cit. p.103.

¹⁷ TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS. op.cit., P.103

¹⁸ CORDEIRO, António Barreto Menezes (2014) – *Do trust no direito civil*. col. Teses. Coimbra, Almedina. Ponto 177.

uma propriedade que pretende ver administrada. Neste *trust* o disponente transmite a propriedade para um administrador. Há “segregação” na medida em que transfere a propriedade para o administrador. O administrador precisa de ter os bens em seu poder¹⁹ para poder realizar investimentos, enfim, exercer as suas funções. De outro lado, o disponente pode nomear-se a si próprio como administrador e, nesse caso, não é necessário verificar-se a atribuição dos bens para outra pessoa. Apesar de os bens que integram o *trust* continuarem em seu poder, separam-se do seu património, autonomizando-se do seu património pessoal. Neste caso, afasta-se o requisito da transmissão dos bens, ficando o *trust* constituído com a mera demonstração da vontade por parte do disponente²⁰.

1. O *express trust* e as três certezas

Ainda no que diz respeito à criação de um *express trust*, afigura-se necessária a reunião de três certezas²¹: *certainty of intention*, *certainty of subject matter* e ainda *ascertainment of objects*. Veremos *infra* que esta última diz respeito ao beneficiário do *trust*²². O administrador tem de conseguir determinar quem é o beneficiário²³.

A primeira certeza diz respeito à necessidade de verificação da intenção real de constituir o *trust*. Este tem de ser devidamente “querido”. No caso *Paul Vs Constance*²⁴, Mr. Constance separou-se da mulher e começou a viver com Mrs. Paul. Em virtude de um acidente de trabalho entretanto ocorrido, Mr. Constance recebeu uma quantia pecuniária a título indemnizatório. À morte de Mr. Constance, Mrs. Constance veio invocar que aquela quantia lhe pertencia, uma vez que esta e Mr. Constance não se haviam divorciado. O tribunal entendeu que, apesar de não haver uma designação formal, de Mr. Constance nunca, em vida, ter declarado a constituição de um *trust*, este havia assumido o papel conjunto de administrador e beneficiário, administrando aquela quantia para si e para a sua companheira, aqui configurada, também, como beneficiária.

¹⁹ “Uma vez manifestada a vontade de constituir o *trust* e transmitida a titularidade dos bens ou direitos, o *trust* adquire vida e o disponente perde todos e quaisquer poderes sobre os bens ou direitos agora em *trust*”. TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS . op.cit., p.38.

²⁰ TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS . op.cit., p.38.

²¹ “to create a valid trust, the terms of that trust must be sufficiently certain” HUDSON, Alastair. op.cit., p.68.

²² HUDSON, Alastair. op.cit., p.146.

²³ HUDSON, Alastair. op.cit., p. 99.

²⁴ HUDSON, Alastair. op.cit., p.93.

Apesar de não se ter verificado uma constituição formal e expressa do *trust* o tribunal entendeu que havia a intenção de o constituir. Na ótica do tribunal, Mr. Constance administrava aquela quantia para si e para a sua companheira, tendo criado um *trust* sem, de facto, ter consciência disso. Apesar de este exemplo não ser o mais adequado, pois trata-se de um *resulting trust* e não de um *express trust*, a que nos cingimos *a priori*, entendemos que o caso em apreço ilustra aquilo que deve entender-se por certeza de intenção.

Relativamente à segunda certeza - a certeza de *subject matter*- o objeto tem de ser identificável. Alastair Hudson²⁵ dá o exemplo da constituição de um *trust* sobre um terreno sem qualquer delimitação territorial, tornando-se impossível determinar com exatidão onde começa ou acaba o terreno vizinho. Neste caso verifica-se uma incerteza quanto à identificação do objeto. Tal incerteza fere o *trust* de invalidez²⁶. O objeto tem de ser identificável e delimitado.

Quanto à última certeza, não pode haver dúvidas sobre a identidade dos beneficiários. Estes têm de ser claramente identificados ou, pelo menos, identificáveis como refere Nertila Sulçe²⁷.

2. Sujeitos

O *trust* é composto essencialmente por três intervenientes: o disponente, aquele que transfere os bens em *trust* para o administrador, para que este os administre em benefício de um terceiro; o administrador, que assume a obrigação de administrar em benefício do beneficiário indicado pelo disponente; e o beneficiário, que é o destinatário do *trust*.

Analisaremos *infra* o papel desempenhado por cada um destes sujeitos.

²⁵ HUDSON, Alastair. op.cit., p.116.

²⁶ HUDSON, Alastair. op.cit., p.68.

²⁷ SULÇE, Nertila., “Trust as a relationship treated by common law legal systems and as a relationship treated by civil law legal systems. Things in common and comparison between the two systems.”, 2015. <https://ecsdev.org/ojs/index.php/ejsd/article/view/290/281>. consult. em 15/02/2018.

2.1. O disponente²⁸

É com a declaração de vontade do disponente que surge o *trust*²⁹. Não se afigura possível existir um *express trust* sem a respetiva declaração de vontade, pelo que esta consubstancia a base de toda a relação fiduciária. É possível a existência de um *express trust* sem a nomeação do administrador ou sem a indicação do beneficiário, mas não sem a declaração de vontade, sendo esta, portanto, um elemento essencial.

O disponente ou transfere³⁰ para o administrador os bens constituídos em *trust* ou então converte-se, ele próprio, na pessoa do administrador, assumindo os deveres que a essa figura são inerentes. Se o fizer, passa a deter o *legal title*; se, pelo contrário, pretende converter-se em beneficiário, adquire o *equitable title*. Sucede que, conforme Maria João Tomé³¹, não é possível reunir na mesma e única pessoa o *equitable title* e o *legal title*: tal geraria um colapso que, por sua vez, originaria a extinção do *trust*.

O disponente pode ser beneficiário ou administrador. Pode ainda assumir as três posições, mas em situações muito raras³², como por exemplo: A é o disponente e nomeia-se a si próprio administrador para gerir um certo património para si e para outros beneficiários. Neste caso, A é disponente, é administrador e é um dos beneficiários. Não seria possível, porém, que o disponente fosse também, além de administrador, o único beneficiário, uma vez que se reuniriam na mesma pessoa os papéis de disponente, de administrador e de beneficiário. No exemplo referido, a posição de beneficiário é partilhada com terceiros e, por isso, A não terá uma “propriedade total” daquele património³³ e as duas *ownerships* não estarão totalmente reunidas. É de relembrar, a este respeito, que a característica primordial do instituto do *trust* será, talvez, a divisão do direito de propriedade.

Em suma, o disponente detém a propriedade total *ab initio*, é aquele que cria o *trust*. Contudo, quando o constitui, não só a separa do seu património – através da sua transmissão para o administrador – como também divide a propriedade em duas.

²⁸ “in general, any person who has capacity to hold and dispose of a legal or equitable estate may create a trust in respect of that estate” HUDSON, Alastair. op.cit., p. 98.

²⁹ “A relevância da figura do disponente ou trustor extingue-se com a emissão da declaração de vontade” TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS . op.cit., p. 40.

³⁰ “(...)o *trust* é constituído mediante a separação entre o *legal title* e o *equitable title* dos bens ou direitos” TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS (1999) - . op.cit., p.41.

³¹ TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS . op.cit., p. 41.

³² “Além disso, o disponente pode ser simultaneamente administrador e beneficiário, assim como pode ser unicamente administrador ou beneficiário.” TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS . op.cit., p.281.

³³ HUDSON, Alastair. op.cit., p.49.

Geram-se dois direitos *in rem* sobre o património administrado³⁴, daí resultando duas *ownerships*, sendo atribuído ao administrador o *legal tittle* e ao beneficiário o *equitable tittle*. Eis então a verificação do “fenómeno da dupla propriedade” de que fala Raphael Manhães Martins³⁵, ou da “*split ownership*” nas palavras de William F. Fratcher. Uma vez constituído o *trust*, o disponente desaparece do panorama jurídico, apenas permanecendo nele se assumir o papel de administrador ou de beneficiário.

2.2. O administrador

A sua designação encontra-se na declaração de vontade do disponente. É este que, no ato constitutivo³⁶ do *trust*, determina de antemão a forma como o administrador irá pautar a sua atuação, estipulando as diretrizes. Os seus deveres e obrigações encontram-se no ato constitutivo.

Obtém a *legal ownership* para legitimar as suas atuações vindouras, no sentido de poder proceder a investimentos de forma legítima. Caso contrário, correria o risco de, por exemplo, vir a vender bens alheios. Com a *legal ownership* o administrador torna-se proprietário, ainda que seja uma propriedade formal, daquilo que recebe³⁷ do disponente.

O administrador, apesar de vinculado a respeitar as estipulações do ato constitutivo³⁸ do *trust*, goza de autonomia³⁹ no exercício das suas funções. Não tem o

³⁴ Patrão, Afonso – . op.cit., p.362.

³⁵ “Isto é, sobre um mesmo bem - aquele transferido ao fiduciário; coexistem mais do que um direito de propriedade”, “um do administrador reconhecido pela *common law* e um do beneficiário atribuído pela equidade p.33 - MARTINS, Raphael Manhães., “ANÁLISE DA “ACLIMATAÇÃO” DO TRUST AO DIREITO BRASILEIRO: O CASO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA”, s.d, <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/viewFile/9593/7426>. consult. em 15/01/2018, p.32 e 33.

³⁶ “As obrigações do *trustee* são, em primeiro lugar, aquelas estabelecidas no ato constitutivo do *trust*”. TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS . op.cit. p.107.

³⁷ TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS . op.cit., p.96.

³⁸ “Contudo, o dever do *trustee* de observar as instruções do disponente extingue-se, ou não se aplica, no caso de o seu cumprimento se revelar impossível ou ilícito” “(...)o administrador, tem assim o dever de, nestas circunstâncias, requerer a respetiva autorização judicial.” TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de . op.cit.. p. 163.

³⁹ “O *trustee* tem a faculdade de livremente decidir sobre o exercício ou não exercício dos mesmos sem consultar os beneficiários. Estes, por sua vez, não tem o poder de exigir daquele a revelação dos seus motivos” TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS . op.cit., p .98.

dever de consultar o beneficiário relativamente aos seus atos ou investimentos, o que configura uma demonstração da sua autonomia

2.2.1. Deveres do administrador

Este deve exercer a sua autonomia com razoabilidade, sob pena de ocorrer uma eventual intervenção do tribunal⁴⁰ sob o impulso do beneficiário. A autonomia não se traduz em arbitrariedade.

Muito frequentemente, o administrador é, atualmente, um profissional remunerado⁴¹, que sabe, ou deveria saber, quais os melhores caminhos a seguir, qual a melhor estratégia a adotar de modo a produzir riqueza, no interesse do beneficiário. Pode dizer-se que, no caso de o administrador auferir uma remuneração, as exigências por parte do beneficiário e as expectativas do disponente serão maiores.⁴² Esperar-se-á dele um melhor desempenho e uma maior diligência⁴³. L. B. Curzon⁴⁴ afirma que, no caso de ausência de remuneração, se aplica o critério do homem de negócios prudente como critério de apreciação da atuação daquele. Com base neste critério do homem de negócios prudente, a conduta do administrador é valorada tendo em conta a diligência que ele adotaria nos seus próprios negócios⁴⁵. Já Christian De Wulf⁴⁶ refere o critério do bom pai de família. William F. Fratcher⁴⁷ critica o critério do homem médio prudente porque este, no limite, nunca arrisca, nunca faz investimentos de cariz inovador.

Em qualquer caso, independentemente do tipo de administrador, i.e, do seu carácter remunerado ou não, profissional ou não, no exercício das suas funções deve agir com prudência, com lealdade e efetuar uma administração adequada. Adquirindo a propriedade, a *legal ownership*, deve comprometer-se a agir com cautela, a não danificar os bens, não proceder a investimentos irracionais, não atuar com má-fé, não fazer investimentos em prejuízo do beneficiário, não retirar vantagens para si próprio.

⁴⁰ TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS . op.cit., p.104.

⁴¹ “ Quanto ao padrão de conduta, espera-se do *trustee* profissional e remunerado a observância de um critério mais elevado de diligência do que do administrador não remunerado. TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS . op.cit. p.131.

⁴² TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS. op.cit., p.131.

⁴³ CURZON, L.B. (1985) – *Equity and trusts*; 4ªed. Inglaterra, Plymouth, Macdonald and Evans. p.228.

⁴⁴ CURZON, L.B. op.cit., p.228.

⁴⁵ CURZON, L.B. op.cit., p.228.

⁴⁶ WULF, Christian De . op.cit., P.30.

⁴⁷ FRATCHER, William F. op.cit.. p.71.

No fundo, deve agir como uma pessoa honesta e correta. Deve ser confiável e realizar a administração esperada por alguém que nele depositou a sua confiança e riqueza. Deve também evitar colocar-se em situações de conflito de interesses. O disponente, ao nomeá-lo administrador e transferir a *legal ownership*, confiou na sua competência e na sua correção. O *trust* tem um sentido de fidúcia⁴⁸, de confiança, de não abusos. Assim, deve ponderar sobre qual a melhor forma de agir no interesse do beneficiário.

Além de ter de agir com sensatez, tem também de observar o dever de conservação dos bens, de evitar a sua deterioração e, no caso de ser necessário, de proceder à sua reparação, o que corresponde a algo que um verdadeiro proprietário do bem faria.

O administrador assume deveres diretamente para com o beneficiário. Assume, desde logo, o dever de administrar: é um dever inerente ao próprio *trust*, não sendo necessário prevê-lo expressamente no ato constitutivo; neste dever inclui-se a obediência a todas as indicações estabelecidas no ato constitutivo – as tais diretrizes *supra* referidas - salvo se estas se revelarem impossíveis ou ilegais, conforme William F. Fratcher⁴⁹. No caso *Beddoes vs Pugh*, de 1859, o tribunal decidiu que uma vez constituído o *trust*, o administrador não pode recusar-se a cumprir mesmo quando convencido de que a propriedade pertence a terceiro⁵⁰. Parece-nos pouco coerente não ser permitido ao administrador desvincular-se de um *trust*, ao que parece, inválido⁵¹.

Em caso de violação deste dever o beneficiário fica legitimado para reagir, mediante o recurso ao tribunal⁵².

O dever de lealdade constitui um dever implícito e inerente ao estatuto de administrador, não sendo, também, necessário que este esteja expressamente previsto no ato constitutivo do *trust*. Aliás a fidúcia, a confiança, tem essa componente da lealdade: onde há confiança, pressupõe-se um *quantum* de lealdade.

Ora este dever de lealdade apresenta duas vertentes. De um lado, o administrador tem “o dever de administrar o *trust* única e exclusivamente no interesse

⁴⁸ “Com vista a evitar abusos, a equidade caracteriza a relação entre o *trustee* e os e os beneficiários como relação fiduciária” TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS . op.cit., p.98.

⁴⁹ FRATCHER, William F. op.cit., p.60.

⁵⁰ HUDSON, Alastair. op.cit., p.233.

⁵¹ Se o *trust* vai contra a lei ou ordem pública é um *trust* inválido. FRATCHER, William F. . op.cit., p.29.

⁵² FRATCHER, William F. op.cit.,p.60.

dos beneficiários⁵³” – nesta medida, não pode adotar atitudes que lesem o beneficiário nem, com a administração do *trust*, obter riqueza para si próprio. Assim, não pode fazer negócios consigo mesmo. Esta proibição afigura-se, talvez, extrema, uma vez que o administrador se encontra impedido de o fazer ainda que seja no melhor interesse do beneficiário⁵⁴, de acordo com W. Fratcher, cuja opinião partilhamos. De outro lado, tem “o dever de não negociar com o beneficiário por sua conta na ausência de boa-fé e de uma prestação cabal de esclarecimentos”⁵⁵. Quer isto dizer que o administrador também deve prestar esclarecimentos e informações solicitadas pelo beneficiário – trata-se do dever de prestar esclarecimentos e informações⁵⁶ ao beneficiário. Por conseguinte, o administrador deve manter registos⁵⁷ das contas⁵⁸ e da sua administração para, quando lhe seja solicitado pelo beneficiário, estar em condições de as prestar.

Deve igualmente responder às questões que lhe sejam colocadas pelo beneficiário; porém, é livre de não responder a questões sobre as razões subjacentes à realização de determinados investimentos de certa forma, uma vez que goza de autonomia e de alguma discricionariedade no exercício das suas funções.

Sobre o administrador recai também o dever de realizar investimentos produtivos. Deve agir como uma pessoa razoável: evitar investimentos que não estejam de acordo com o interesse do beneficiário ou investimentos aleatórios e sem grande propósito. Já referimos a prudência na administração: um exemplo de uma administração prudente consiste em o administrador fazer investimentos em diversos locais, não investindo tudo num mesmo negócio - o dever de diversificação dos investimentos⁵⁹, porquanto se revelaria bastante arriscado “apostar” toda a riqueza num só negócio.

Também deve elaborar uma estratégia: do mesmo modo que deve saber como e quando investir, deve também saber quando não investir. Certamente que a propriedade que adquiriu não deve ficar imobilizada e permanecer improdutiva, pois que o disponente lha transmitiu com um propósito: para gerar riqueza. Por isso, o

⁵³ TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS . op.cit., p.109.

⁵⁴ FRATCHER, William F. op.cit., p.65.

⁵⁵ TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS. op.cit., p.109.

⁵⁶ “Os beneficiários têm o direito de ser informados sobre todas as questões passíveis de afetarem o *trust*” TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS . op.cit., p.118.

⁵⁷ FRATCHER, William F. op.cit., p.60.

⁵⁸ “O dever de prestação de contas obriga o *trustee* a manter a contabilidade organizada e a estar em condições de a mostrar aos beneficiários. TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS . op.cit., p.118.

⁵⁹ TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS. op.cit., p.121.

administrador deve realizar investimentos. Este dever de “dar uso” à propriedade administrada integra os deveres gerais impostos por lei⁶⁰.

No caso de existir mais do que um beneficiário, o administrador arca, ainda, com o dever de imparcialidade⁶¹: não deve favorecer um em demasia nem em detrimento do outro, deve efetuar uma boa administração para todos os beneficiários.

Por fim, o administrador deve distribuir os rendimentos obtidos pelos beneficiários: trata-se do dever de distribuição⁶². Deve, todavia, reinvesti-los no caso de não se afigurar necessário proceder à sua distribuição⁶³.

O administrador tem ainda o dever de separar o seu património pessoal⁶⁴ do património administrado em *trust*, respeitando assim o princípio da separação de patrimónios. Deste modo, como veremos *infra*, nem os credores do disponente, nem os do administrador, nem mesmo aqueles do beneficiário poderão agredi-lo, tornando-se como que intocável. Evitar colocar a sua riqueza pessoal e a administrada em *trust* na mesma conta bancária, ou até no mesmo banco, ainda que em contas diferentes, configura um exemplo do cumprimento do dever de separação de patrimónios⁶⁵. George L. Gretton⁶⁶ descreve o administrador como um titular de dois patrimónios: o seu, pessoal, e o património do *trust*. Estes patrimónios não se confundem, uma vez que há autonomia entre eles⁶⁷.

Impende, igualmente, sobre o administrador, o dever de não delegar em terceiro as suas competências⁶⁸ ou poderes de administração⁶⁹. Ora, William F. Fratcher critica esta proibição: na verdade, no caso de o administrador não ter conhecimentos em determinadas matérias, este dever de não delegar é suscetível de impedir a adoção da decisão que uma pessoa prudente, naquelas circunstâncias, adotaria⁷⁰. O administrador tem ainda o dever de obter conselhos de um especialista na matéria⁷¹.

⁶⁰ FRATCHER, William F. op.cit., p.60.

⁶¹ TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS . op.cit., p.121.

⁶² TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS . op.cit., p.125.

⁶³ FRATCHER, William F. op.cit., p.71.

⁶⁴ TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS . op.cit., p.117.

⁶⁵ FRATCHER, William F. op.cit., p.62.

⁶⁶ GRETTON, George I (2000) – “Trusts without equity” – in International and comparative law. Quarterly, vol 49. p. 610.

⁶⁷ MARTINS, Raphael Manhães., op.cit., p.39 e 40.

⁶⁸ CURZON, L.B. op.cit., p.233.

⁶⁹ FRATCHER, William F. op.cit., p.61.

⁷⁰ FRATCHER, William F. op.cit., p.61.

⁷¹ HUDSON, Alastair. op.cit., p.443.

2.2.2. Poderes do administrador

Administra os bens constituídos em *trust*, podendo celebrar negócios jurídicos que considere convenientes para alcançar a riqueza. Porém, apesar de agir como um verdadeiro proprietário, está vinculado a fazê-lo tendo em conta o interesse do beneficiário. A relação do *trust* é uma relação fiduciária, em que a fidúcia representa um critério de apreciação da conduta do administrador⁷².

Relativamente aos seus poderes e competências, o administrador pode celebrar negócios jurídicos, proceder a investimentos, vender e arrendar os bens que adquire – tem-se entendido que está implícito o poder de arrendar, mesmo que não haja sido declarado expressamente: tal só lhe é vedado se for estipulado por escrito⁷³, e mesmo nesses casos, a proibição é suscetível de ser afastada pelo tribunal. À questão de se saber se ao administrador é consentido celebrar um contrato de arrendamento com duração superior à do próprio *trust*⁷⁴, tem-se respondido afirmativamente⁷⁵.

O administrador tem ainda poderes para incorrer em despesas de conservação e reparação dos bens administrados.

2.2.3. Direitos do administrador e responsabilidade

Abordados os deveres e os poderes, analisemos agora os direitos do administrador.

O administrador tem o direito a ser reembolsado⁷⁶ pelas despesas em que incorra, por força da administração e conservação dos bens administrados⁷⁷. Obtém essa compensação através dos rendimentos produzidos, no caso de se revelarem insuficientes, compete ao beneficiário proceder a esse reembolso.

Surge a questão de se saber se a obrigação de administrar é, nesta sede, uma obrigação de resultado ou uma obrigação de meios, e tem-se entendido que se trata de uma obrigação de meios⁷⁸.

⁷² “A fidúcia constitui um mero critério de apreciação da conduta do *trustee*.” TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS . op.cit., p.106.

⁷³ TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS . op.cit.,p.101.

⁷⁴ TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS . op.cit.,p.101.

⁷⁵ TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS . op.cit., p.101.

⁷⁶ CURZON, L.B. op.cit., p.228.

⁷⁷ FRATCHER, William F. op.cit., p.73.

⁷⁸ MARTINS, Raphael Manhães., op.cit., p.38.

Caso não cumpra as suas obrigações ou aja de má-fé será responsabilizado. Diz-nos Maria João Tomé que “o *trustee* é responsável pelos danos que cause quando aja negligentemente na administração dos bens ou direitos constituídos em trust”⁷⁹. Ele tem de obedecer ao estipulado no ato constitutivo e tem ainda de cumprir os deveres mencionados *supra*, sob pena de vir a ser responsabilizado. Se atua de boa-fé, não será responsabilizado na hipótese de a administração não se desenrolar de acordo com o previsto no ato constitutivo⁸⁰, mas tal deve ser analisado com prudência uma vez que “a boa-fé do administrador não exclui a sua responsabilidade decorrente do incumprimento do trust”⁸¹.

2.3. O beneficiário e os seus direitos

É o destinatário do *trust*, aquele que com ele vai beneficiar. O *trust* não depende do conhecimento ou aceitação do beneficiário para ser válido e eficaz, mas, segundo Maria João Tomé, o beneficiário deve ser “determinado ou determinável e que possa ser titular do *equitable title*”⁸².

Na hipótese de o disponente indicar como beneficiário um conceturo ou um nascituro, o *trust* só adquire existência na sua plenitude no momento em que se verifique o nascimento completo e com vida do beneficiário⁸³. A realidade é diferente na hipótese de existir mais do que um beneficiário. Um *trust* onde figuram como beneficiários um nascituro e outro indivíduo, já nascido, maior ou menor, não necessita de esperar pelo nascimento do nascituro para ganhar existência pois já existe graças à intervenção do outro beneficiário.

O beneficiário detém o *equitable title*⁸⁴ e um *direito in rem*⁸⁵ relativamente à propriedade administrada, bem como um *direito in persona*⁸⁶ em relação ao administrador.

⁷⁹ TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS. op.cit., p.132.

⁸⁰ “Perante uma ponderação adequada sobre a sua conduta, o *trustee* não é responsável pelas perdas causadas por qualquer ato por si praticado de boa-fé e no exercício dos seus poderes”. TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS op.cit., p.108.

⁸¹ TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS op.cit., p.110.

⁸² TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS (1999) - op.cit., p.46.

⁸³ TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS (1999) - op.cit., p.46.

⁸⁴ “Por outro lado, não se descortina qualquer óbice no facto de uma pessoa ser o *legal owner* da coisa e de outra ser o seu *equitable owner*, sendo ambas reconhecidas como tais, respetivamente, pela *common law* e pela equidade”. TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS.op.cit., p.138.

Tem-se discutido se o direito do beneficiário é de natureza real ou obrigacional. Crê-se que o *trust* tem um escopo obrigacional⁸⁷. O administrador assume encargos e deveres pelos quais responderá caso não sejam cumpridos. Por outro lado, o *trust* tem, também, cariz real. Diz-nos Maria João Tomé que “o beneficiário tem o poder de sequela sobre os bens em *trust* e não é afetado pela insolvência ou falência do administrador”⁸⁸. A sequela é uma característica dos direitos reais.

Em caso de alienação da *res* do *trust* por parte do administrador, em violação do *trust*, o beneficiário fica munido do *right to trace*⁸⁹, isto é, fica legitimado para poder “perseguir” e recuperar o bem mesmo que se encontre nas mãos de um terceiro, opondo a este o seu direito. Por sua vez, o terceiro assume a posição de administrador⁹⁰. Estamos perante a sequela⁹¹, que é um dos principais argumentos invocados a favor da tese de natureza real: o beneficiário pode opor⁹² o seu direito a terceiros e tal demonstra a natureza real do seu direito⁹³.

O recurso à sequela só se verifica quando o terceiro adquirente se encontra de má-fé, i.e, atuou com conhecimento da existência e violação do *trust*, ou quando tenha adquirido o bem mediante um preço irrisório ou gratuitamente. Na hipótese de algum destes requisitos alternativos se verificar, o direito de sequela do beneficiário surge. Contudo, se estiver em causa um terceiro adquirente a título oneroso, de boa-fé, a sequela é afastada⁹⁴.

Podemos apontar Afonso Patrão e Ferrer Correia como defensores da tese da natureza real do direito do beneficiário. Tem-se entendido que o *trust* possui natureza

⁸⁵ GRETTON, George. op.cit., p.604.

⁸⁶ GRETTON, George. op.cit., p.612.

⁸⁷ Patrão, Afonso op.cit., p.364.

⁸⁸ TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS. op.cit., p. 32.

⁸⁹ “É o poder de o beneficiário reagir a uma alienação ilícita de bens em favor de terceiro” Patrão, Afonso op.cit., p.423.

⁹⁰ Patrão, Afonso op.cit., p.365.

⁹¹ “Esta ampla sequela afigura-se particularmente útil em caso de falência ou de insolvência do administrador, porquanto permite ao beneficiário exercer uma pretensão de natureza real sobre os bens ou direitos constituídos em *trust*, não tendo os credores gerais do *trustee* o poder de se satisfazerem a expensas daqueles. TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS op.cit., p.142.

⁹² “Ora, o *right to trace* é uma verdadeira sequela, pois permite ao beneficiário onerar o adquirente com as obrigações próprias do *trust*: no fundo é o direito de seguir a coisa onde quer que ela se encontre, através de um *actio in rem*, opondo o seu direito sobre ela a qualquer adquirente, tornando-o o novo administrador” Patrão, Afonso op.cit., p.350.

⁹³ Patrão, Afonso op.cit., p.366.

⁹⁴ “Se o terceiro está de boa-fé, a aquisição do bem é reconhecida pelo direito como legítima. Se está de má-fé, ou adquire-o por conhecer ou poder conhecer do *trust*, a aquisição é ilegítima e esse terceiro passa a ser um administrador, é um *constructive trust*.” MARTINS, Raphael Manhães. op.cit., p.37.

híbrida⁹⁵, uma vez que é composto por elementos obrigacionais e reais, simultaneamente.

Além do direito de sequência, em virtude de alienação gratuita e de má-fé do bem administrado, o beneficiário tem, ainda, o direito a coagir o administrador a cumprir o *trust*⁹⁶, direito a obter informações relativas à administração do *trust* através de esclarecimentos e acesso a registos de contas guardadas pelo administrador, e direito a fiscalizar a atuação.

O beneficiário tem direito a exigir, por parte do administrador o cumprimento das suas obrigações. Na hipótese de o administrador não cumprir as suas obrigações ou agir de má-fé, o beneficiário fica legitimado para agir judicialmente. O direito do beneficiário é um direito muito forte, perdendo lugar contra o terceiro adquirente a título oneroso que se encontre de boa-fé.

Verificada uma situação de incumprimento por parte do administrador, o beneficiário tem uma série de poderes. Tem o poder de recorrer ao tribunal, propondo uma ação judicial, de forma a obter a condenação daquele ao cumprimento coercivo do *trust*. Na hipótese de o beneficiário solicitar informações contabilísticas relativas à administração do *trust* e de o administrador recusar-se a prestá-las, o beneficiário pode intentar uma ação no tribunal para que este se veja compelido a fazê-lo. Se o disponente estipulou no ato constitutivo um termo findo o qual o administrador deve distribuir pelos beneficiários a riqueza, e se este não o faz, os beneficiários podem agir, mais uma vez, pela via judicial⁹⁷. Caso o administrador viole um dos seus deveres⁹⁸, torna-se responsável, podendo o beneficiário reagir contra ele em tribunal.

Relativamente aos terceiros adquirentes que efetuam negócios jurídicos com o administrador, a posição do beneficiário, apesar de ser fortemente tutelada, perde lugar quando confrontada com a de um terceiro adquirente a título oneroso. Na hipótese de o terceiro ter conhecimento da existência do *trust*, tem-se entendido que tal demonstra má-fé⁹⁹ e que, por essa razão, não merece ver a sua posição jurídica protegida. A

⁹⁵ Patrão, Afonso. op.cit., p.392.

⁹⁶ "The beneficiary will always have a right to compel the trustees to carry out the terms of the trust". HUDSON, Alastair op.cit., p. 37.

⁹⁷ TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS. op.cit., p.139.

⁹⁸ "O *tustee* tem uma responsabilidade pessoal ilimitada perante os beneficiários, por todo e qualquer incumprimento dos seus deveres enquanto administrador, assim como, mesmo no caso de ausência de qualquer incumprimento, pelos proveitos que retire da administração do *trust*" TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS. op.cit., p.140.

⁹⁹ TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS. op.cit., p.143.

suscetibilidade do conhecimento da existência do *trust* é averiguada segundo os padrões de um “homem razoável”. Um homem razoável verifica o registo, verifica as origens dos bens que compra ou recebe, indaga se aquele contratante é o verdadeiro titular do bem, averigua se o bem se encontra onerado com algum ónus ou encargos.

Se o terceiro adquire o bem objeto de *trust* a título gratuito, diz-nos Maria João Tomé que, nesse caso, “o terceiro adquirente é responsável pela entrega dos bens ao beneficiário, independentemente da sua boa ou má-fé”¹⁰⁰. Trata-se de uma solução razoável: se a atribuição foi feita a título oneroso, tal gerou riqueza. O *trust* tem essa finalidade: gerar riqueza através da administração dos bens. No caso de a aquisição ser feita a título gratuito, tratar-se-á de uma mera liberalidade, não gerando, então, riqueza. Fazer uma atribuição a título gratuito a um terceiro não vai ao encontro do interesse do beneficiário.

3. Âmbito objetivo – o que pode ser objeto do *trust*?

Por via de regra, qualquer bem pode ser objeto do *trust*¹⁰¹, desde coisas corpóreas como prédios rústicos e urbanos, até incorpóreas como valores mobiliários escriturais. Segundo L. B. Curzon “in general, therefore, all property, real or personal, legal or equitable, may bem made the subject of a trust”¹⁰².

O que não pode ser objeto do *trust*, de forma alguma, é um bem alheio. O disponente, aquando a constituição do *trust*, há-de ter o poder de disposição do bem que, em regra, é conferido pela sua propriedade¹⁰³.

Questiona-se se os bens futuros podem fazer parte da *res* do *trust*¹⁰⁴. São bens sobre os quais o disponente tem uma expectativa jurídica de aquisição. Podem ainda não ter existência física ou, tendo, ainda não se encontram em seu poder, contudo, ele encontra-se convicto de que irá obter aqueles bens a dada altura.

¹⁰⁰ TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS. op.cit., p.148.

¹⁰¹ SULCE, Nertila op.cit., p. 103.

¹⁰² Em geral, assim sendo, toda a propriedade, real ou pessoal, legal ou da equidade, pode ser objeto de um *trust*. Tradução nossa. CURZON, L.B. op.cit., p.98.

¹⁰³ FRATCHER, William F. op.cit., p.28.

¹⁰⁴ "At another level, there is the problem posed by a settlor seeking to create a trust over property which she expects to have a right over at some point in the future. Similarly, it is said that a settlor cannot create a binding trust over property if the settlor does not have property rights in that property at the time of purporting to create the trust. Importantly, a trust will not come into existence even if she does subsequently become entitled to that property" HUDSON, Alastair. op.cit., p.153.

Tem-se entendido que tal não se afigura possível. Nos casos *Norman V Federal Commissioner of Taxation*¹⁰⁵ e *Re Ellenborough*¹⁰⁶ o tribunal entendeu que não é possível constituir um *trust* sobre bens futuros. No caso *Re Brooks' Settlement Trusts* ficou decidido que “you cannot create a trust over property that you hope or expect to come into ownership of”¹⁰⁷. Segundo Robert A. Peace “it is impossible for a settlor to create a presently existing trust of future property. Future property means property which a person does not presently own, but which he hopes or expects will come into his ownership in the future”¹⁰⁸.

Não se afigura possível constituir um *trust* relativamente a um bem que ainda não tem existência jurídica ou, tendo, ainda não foi adquirido pelo disponente no momento da constituição do instituto. A *res* do *trust* deve ser composta por algo que já tenha existência, independentemente de esta ser física ou não¹⁰⁹.

Mesmo que acredite que vai adquirir o bem, o disponente não pode constituir o *trust* sobre ele se ainda não o possui: o *trust* não será válido. Se, mesmo assim, o disponente cria o *trust* sem ser o proprietário do bem, vindo mais tarde a adquirir a sua propriedade, tal de nada serve¹¹⁰ pois o *trust* já se encontra ferido de invalidade. A eventual aquisição da propriedade do bem pelo disponente não sana a invalidade do *trust*¹¹¹.

Também não podem ser objeto do *trust* bens ou direitos inalienáveis¹¹². Podemos apontar o caso *Davis Vs Marlborough*¹¹³, onde o tribunal decidiu que caso algum direito seja inalienável, então este não pode ser objeto do *trust*. Assim, o direito à retribuição e os direitos pensionísticos não podem ser objeto de *trust*¹¹⁴.

¹⁰⁵ “(...) it is impossible for anyone to own something that does not exist (...)” HUDSON, Alastair op.cit., p.153.

¹⁰⁶ “(...) in *Re Ellenborough*, a woman purported to declare a trust over property which she hoped to receive in the future. It was held that no trust was created because, at the time of the purported declaration of trust, she had no right in the property” HUDSON, Alastair op.cit., p.155.

¹⁰⁷ Não pode criar um *trust* sobre propriedade que espera ou tem expectativa de vir a obter -tradução nossa.

¹⁰⁸ É impossível para o disponente criar um *trust* sobre propriedade futura. Propriedade futura é uma propriedade que uma pessoa não possui atualmente, mas que espera vir a obter a no futuro.- tradução nossa. PEACE, Robert. A, WARR, BARR (2015) – *Trusts and equitable obligations*. 6ªed. Oxford University Press. Reino Unido.

¹⁰⁹ “A trust may be created only in respect of existing property” RAMJOHN, Mohamed. (2004) *Materials on trusts*. 3ª ed. Cavendish Publishing Limited . Grã-Bretanha. p.73.

¹¹⁰ HUDSON, Alastair. op.cit., p.216.

¹¹¹ FRATCHER, William F. op.cit., p.28.

¹¹² CURZON, L.B. op.cit., p.98.

¹¹³ No caso em apreço discutia-se se uma pensão poderia ser objeto de *trust* e o tribunal entendeu que não.

¹¹⁴ CURZON, L.B. op.cit., P.98.

CAPITULO II- O *trust* enquanto instrumento de garantia do cumprimento das obrigações

1. Em geral

Uma vez analisados os contornos desta figura, vejamos agora o cerne da questão que nos propusemos analisar: o *trust* enquanto instrumento de garantia do cumprimento de obrigações.

Segundo Margarida Costa Andrade, as garantias tradicionais estão a atravessar um período de crise¹¹⁵. Tal deve-se, segundo Leite de Campos¹¹⁶, ao facto de nas garantias tradicionais (como o penhor e a hipoteca) haver, em geral, urgência na alienação do bem dado em garantia e ausência de negociações prévias. Tal conduz à questão de se saber se, ainda assim, os interesses dos credores são devidamente acautelados.

Atualmente, os credores querem acautelar-se quer da eventualidade de a sua contraparte não cumprir o acordado, quer da sua insolvência. Dai que o *trust* se tenha vindo a revelar um instrumento de garantia de cumprimento das obrigações bastante apelativo. A essência do *trust* é a propriedade, e qual o melhor meio de garantia do cumprimento das obrigações que não a propriedade?

Cumprе relembrar que o administrador responde pessoal¹¹⁷ e ilimitadamente¹¹⁸ pelo exercício das suas funções e que o beneficiário¹¹⁹ tem o direito de exigir o cumprimento das obrigações por parte deste, sendo o seu *property interest* um direito

¹¹⁵ ANDRADE, Margarida Costa. “A propriedade fiduciária”, 2009 <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/12104/1/propriedade.fiduci%C3%A1ria.pdf>. Consult em 06/04/2018 . p.68.

¹¹⁶ ANDRADE, Margarida Costa. op.cit., p.68.

¹¹⁷ “O *trustee* é responsável pelos danos que causa quando aja negligentemente na administração dos bens” TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS. op.cit., p.132.

¹¹⁸ “O *trustee* arrisca ilimitadamente o seu património pessoal no caso de não cumprir com as suas obrigações. TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS. op.cit., p.27.

¹¹⁹ O beneficiário tem o direito de compelir o administrador a cumprir com os termos do *trust*. HUDSON, Alastair. op.cit., p.48.

oponível *erga omnes*¹²⁰, salvo perante terceiro de boa-fé que haja adquirido bens do *trust* a título oneroso.

A sequela não existe apenas no caso de alienação dos bens em violação do *trust*, mas também em caso de insolvência do administrador¹²¹. O beneficiário, caso o administrador seja declarado insolvente, assume a posição de credor. Porém, a sua qualidade de credor não se encontra ao mesmo nível dos demais credores do administrador: trata-se de uma posição privilegiada em relação a estes. O beneficiário¹²² sabe, de antemão, que na hipótese de o administrador ser declarado insolvente, aqueles bens que compõem o *trust* não serão agredidos pelos credores pessoais do administrador: estes estão-lhe destinados a si¹²³ - daí que o beneficiário¹²⁴ seja um credor garantido¹²⁵ do administrador, ao passo que os demais não o são.

Deste modo, perante uma situação de insolvência do administrador¹²⁶, o beneficiário sabe de antemão que aquele património administrado se encontra protegido¹²⁷, em virtude do princípio da separação de patrimónios¹²⁸ e que “os credores gerais não podem nomear à penhora os bens ou direitos em *trust*”¹²⁹. Havendo essa separação, essa administração separada, haverá certamente um isolamento¹³⁰

¹²⁰ “O direito do beneficiário é oponível aos credores do *trustee* e terceiros adquirentes” TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS. op.cit., p.28.

¹²¹ TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS. op.cit., p.142.

¹²² TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS. op.cit., p.142.

¹²³ “O beneficiário não é unicamente titular de um direito ao cumprimento do *trust*, mas também de um direito que incide direta e imediatamente sobre os bens constituídos em *trust*” TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS op.cit., p.138.

¹²⁴ CRANSTON, PETER; Evershields Hugh SIMS, Guidhall CHAMBERS – TWILIGHT TRUSTS: protection from those you cannot trust?. 2009. http://www.guildhallchambers.co.uk/files/InsolvSemnotesJune09Twilighttrusts_PeterCranston&HughSimms.pdf. consult. em 15/02/2018. p.13.

¹²⁵ Tem um privilégio sobre os credores comuns. ANDRADE, Margarida Costa. op.cit., p.6.

¹²⁶ “if a trustee goes into insolvency, the beneficiaries under the trust continue to hold a proprietary right in the trust property generally among the trustee’s creditors, but rather is held solely for the beneficiary.” HUDSON, Alastair (2008) - *Understanding Equity & Trusts*. 3ªed. Routledge-Cavendish. Canada. p.24.

¹²⁷ “Perante a insolvência ou falência do *trustee*, os bens ou direitos constituídos em *trust* não integram a massa falida” TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS. op.cit., p.153.

¹²⁸ “Os bens administrados como que pertencem ao *trust* e não às três partes que compõem a sua estrutura subjetiva e, especialmente, ao *truste* –apesar da sua titularidade jurídica (formal)” – TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz. *Sobre o contrato de mandato sem representação e o trust*. S.d. <https://portal.oa.pt/comunicacao/publicacoes/revista/ano-2007/ano-67-vol-iii-dez-2007/doutrina/maria-joao-romao-carreiro-vaz-tome-sobre-o-contrato-de-mandato-sem-representacao-e-o-trust/>. Consult. em 01/10/2017.

¹²⁹ TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS. op.cit., p.150.

¹³⁰ Não há comunicação entre o património do *trustee* e o do *trust*. “No direito dos *trusts* prevalece a regra segundo a qual os bens do *trust* não respondem pelas obrigações pessoais do *trustee*” TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz. op.cit.

patrimonial, o que diminui os riscos de agressão daquele património por qualquer outro credor. Deste modo, verifica-se uma imunidade total do património administrado, que nunca integrará a massa insolvente de qualquer interveniente no *trust*. O beneficiário sabe que tem aquele património assegurado¹³¹ e protegido¹³², apesar de o administrador aparentar ser o real e único proprietário do bem.

Pode dizer-se que verificam-se imensas manifestações da função garantística do *trust*. Em que medida pode o *trust* servir de garantia aos credores? Para respondermos a esta pergunta temos de analisar a posição dos credores dos três intervenientes no *trust*.

2. Insolvência do administrador

Como sabemos, o património do *trust* é um património autónomo, sendo imune e inatacável¹³³ pelos credores dos três intervenientes: os credores do disponente¹³⁴, do administrador e do beneficiário. Porém, os credores do beneficiário podem agredir a sua posição jurídica, posição que é, segundo Maria João Tomé “livremente alienável, renunciável e penhorável por parte dos credores dos titulares”¹³⁵.

Em caso de insolvência do administrador irão aparecer os seus credores pessoais e, também, o beneficiário¹³⁶.

Dissemos anteriormente que o património constituído em *trust* é, em princípio, inatacável pelos credores pessoais dos intervenientes desta relação de carácter fiduciário.

No caso de insolvência do disponente, os seus credores sabem, de antemão, que o património constituído em *trust* é inatacável. O disponente já não detém aquela propriedade após a constituição do *trust*.

¹³¹ “if the trustee becomes insolvent, the beneficiary retains his property ahead of the creditors of the insolvent trustee.” CRANSTON, PETER; Eversheds Hugh SIMS, Guidhall CHAMBERS. op.cit., p.3.

¹³² “esse património que foi transferido para a administração do *trustee* não vai responder, apesar do *formal tittle*, pelas dividas pessoais deste, assim como não integra a massa concursal em caso de insolvência.” ANDRADE, Margarida Costa op.cit., p. 62.

¹³³ Mesmo que o beneficiário tenha conhecimento ou devesse ter, da assunção de dívidas por parte do *trustee*, os credores gerais não podem nomear à penhora os bens ou direitos em *trust*. TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS. op.cit., p.150.

¹³⁴ “no direito dos *trusts*, aos credores do *settlor* não é, geralmente, permitido agredir os bens ou direitos constituídos em *trust*” TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS. op.cit., p.192.

¹³⁵ TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS. op.cit., p.137.

¹³⁶ “entre eles está o beneficiário que visa a aquisição dos bens ou direitos constituídos em *trust*” TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS. op.cit., p.142.

O administrador apenas tem uma propriedade formal, enquanto o beneficiário tem a propriedade material e, por isso, o património vai permanecer inatacável pelos credores do administrador¹³⁷, na eventualidade de este ser declarado insolvente.

Não podendo agredir esse património, que se encontra protegido pelos pilares do *trust*, os credores do disponente ou, eventualmente, do administrador, podem atacar a relação jurídica que lhe serve de base, o próprio *trust*, requerendo ao tribunal uma declaração de ilicitude ou fraude do *trust*, eliminando assim a barreira da imunidade, para então haver penhora daqueles bens¹³⁸.

3. Credores do disponente

Se o disponente for declarado insolvente, os seus credores não terão forma de atingir os bens do *trust*, porque, com a criação do *trust*, o disponente desaparece do cenário jurídico. Deste modo, em princípio, aqueles bens não estão ao alcance dos seus credores. Apesar desta aparente imunidade, os credores do disponente podem agredir os bens do *trust* na eventualidade de o disponente se autodenominar beneficiário¹³⁹, alcançando assim o seu *property interest*, ainda que exista uma cláusula de *spendthrift*, como veremos *infra*.

O disponente também pode estipular, no ato constitutivo, que o *trust* terá função garantística, assumindo a posição de administrador e transferindo a *equitable ownership* para um beneficiário – seu credor-, assim conservando os bens, continuando a administrá-los. Esta é uma forma de obter financiamento e de garantir o cumprimento das suas obrigações.

4. Credores do administrador

O administrador, no exercício das suas funções, deve informar os seus credores de que aquele património que tem em seu poder configura a *res* de um *trust*, perante o

¹³⁷ (...) if a trustee were to go into insolvency, then the trust property would remain the beneficiary's property and would not fall to be distributed among the trustee's creditors." HUDSON, Alastair. op.cit., p.48.

¹³⁸ TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS. op.cit., p.151.

¹³⁹ HANDMANN, Henry & Ugo MATTEI. "The functions of trust law: a comparative legal and economic analysis", 1998. <http://www.nyulawreview.org/sites/default/files/pdf/NYULawReview-73-2-Hansmann-Mattei.pdf>. consult. em 22/02/2018. p.8.

qual assume a posição de administrador. Desta forma, os seus credores pessoais não contam com aquele património¹⁴⁰ como garantia do cumprimento das obrigações.

Coloca-se a questão de se saber qual a consequência de o administrador dar os bens do *trust* em garantia, com vista à obtenção de crédito para si mesmo. Na verdade, não o pode fazer. No caso de o credor conhecer a existência do *trust*, o poder de sequela¹⁴¹ do beneficiário vai atuar e o credor assume o papel de administrador. Se, pelo contrário, desconhece que aqueles bens integram um *trust*, estando de boa-fé, nem assim tem direito à propriedade administrada. Ele não tem uma *equitable ownership*. Ela pertence exclusivamente ao beneficiário.

5. Credores do beneficiário

O beneficiário pode usar o *trust* como instrumento de garantia do cumprimento das obrigações oferecendo o seu *equitable ownership* aos seus credores.

Segundo Maria João Tomé, os credores, conhecendo não apenas o património pessoal do beneficiário, mas também a circunstância de este assumir a posição de beneficiário num *trust*, sentem-se mais tranquilos e confiantes na capacidade daquele para cumprir as suas obrigações. Ser beneficiário de um *trust* significa uma maior capacidade económica.

5.1. Cláusula *spendthrift*

O beneficiário pode oferecer, em garantia, a sua *equitable ownership* aos seus credores¹⁴². Porém, o disponente pode impedir esse resultado, mediante a aposição de uma cláusula *spendthrift* aquando do ato constitutivo, vedando tal possibilidade ao beneficiário. Desta forma, os credores deste não podem agredir a *equitable ownership*. Quando o disponente cria o *trust* não é com o intuito de outros lucrarem com ele. O disponente pode ainda entender que o beneficiário é uma pessoa irresponsável ou pródiga e pretende evitar o risco de este dissipar a *res* do *trust*.

¹⁴⁰ HANDMANN, Henry & Ugo MATTEI. op.cit., p.8.

¹⁴¹ Se usa a *res* para obter crédito por parte dos seus credores, ignorantes relativamente ao *trust*, a propriedade administrada continua a estar disponível apenas para o beneficiário.

¹⁴² “one importante way in wich recipiente can derive benefits from the managed property is to offer his interest in it as security for credit” HANDMANN, Henry & Ugo MATTEI. op.cit.

Por outro lado, se o *trust* é administrado tendo em vista o interesse do beneficiário, parece-nos compatível com os termos do *trust* o facto de o beneficiário usar a sua posição, a sua *equitable ownership*, como forma de saldar uma dívida. Parece-nos que tal se enquadra no interesse daquele.

Para impedir os credores de agredir a *equitable ownership*, ou melhor, para impedir o beneficiário¹⁴³ de a alienar, o disponente coloca a cláusula *spendthrift*, tornando-a inalienável e inalcançável pelos credores¹⁴⁴, constituindo-se um *spendthrift trust*¹⁴⁵. Existe uma querela sobre a validade desta cláusula e deste tipo de *trust*, tendo o *Uniform Trust Code* consagrado que, em certos casos, a cláusula é afastada¹⁴⁶, sendo inoponível a determinados credores como o filho do beneficiário, o cônjuge, o ex-cônjuge e credores que tenham prestado serviços em proveito do *beneficiary interest*.

No caso de o disponente se autodeclarar beneficiário, incluindo a dita cláusula, é, ainda assim, possível aos seus credores afastá-la e alcançar o seu *equitable ownership*.

Deste modo podemos concluir que a possibilidade de alienação da *equitable ownership* configura a regra, enquanto o *spendthrift trust* se apresenta como a exceção.

5.2. *Discretionary trust*

O disponente pode ainda evitar que eventuais credores do beneficiário alcancem o património protegido, mediante a constituição de um *discretionary trust*. Este tipo de *trust* caracteriza-se por conceder ao administrador legitimidade para proceder à distribuição dos rendimentos resultantes da sua administração, quando entender que o deva fazer, de acordo com os critérios de um gestor prudente, criterioso, segundo padrões objetivos. O beneficiário não tem o poder de compelir o administrador a proceder à distribuição dos rendimentos. Desta forma, mesmo que o disponente não

¹⁴³ “Salvo convenção em contrário, a posição dos beneficiários é livremente alienável, renunciável e penhorável por parte dos credores dos seus titulares” TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS. op.cit., p.137.

¹⁴⁴ NEWMAN, Alan. The rights of Creditors of Beneficiaries under the Uniform Trust Code: An Examination of the Compromise, 2002. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=980989. Consult. em 28/04/2018.

¹⁴⁵ Apenas existe na América. Em Inglaterra não. HANDMANN, Henry & Ugo MATTEI. op.cit.

¹⁴⁶ “4.Creditors of the beneficiary who may reach the beneficiary’s interest in the trust despite the presence of a spendthrift provision are (a) a beneficiary’s child, spouse, or former spouse, who has a judgment for support, and (b) a judgment creditor who has provided services for the protection of the beneficiary’s interest in the trust” - NEWMAN, Alan. op.cit.

inclua a cláusula *spendrift* no ato de constituição do *trust*, os bens do *trust* continuam acautelados porque, como o beneficiário não pode compelir o administrador a distribuir os rendimentos, os bens encontram-se protegidos¹⁴⁷.

Robert T. Danford coloca a questão de se saber se o disponente pode proteger os bens, nomeando-se beneficiário de um *discretionary trust*. Deste modo, apesar de não conseguir obrigar o administrador a distribuir – é isso que o disponente pretende com a sua posição de beneficiário de um *discretionary trust*– os seus credores, curiosamente, podem fazê-lo. Quando alguém se autoneomeia beneficiário de um *discretionary trust*, os seus credores têm legitimidade para compelir o administrador a distribuir a riqueza. É a regra, diz-nos o autor. Verifica-se uma tendência neste sentido: se não é permitido ao disponente constituir um *spendrift trust* e nomear-se beneficiário¹⁴⁸, também não o é num *discretionary trust*.

Na perspectiva de Austin Scott, tais limitações devem-se ao facto de tais efeitos contrariarem a *public policy*: alguém gozar a propriedade na sua plenitude e simultaneamente impedir os seus credores de a agredirem¹⁴⁹.

Em suma, o *discretionary trust* e a cláusula *spendrift* têm como função proteger o *equitable interest* do beneficiário.

6. *Quistclose trust*¹⁵⁰

Outra manifestação do uso do instituto do *trust* enquanto mecanismo garantístico é o *quistclose trust*: com a criação de um *quistclose trust* constitui-se uma prioridade a favor do credor-financiador.

¹⁴⁷DANFORTH, Robert T. “Rethinking the Law of Creditors' Rights in Trusts”. 2002. <https://scholarlycommons.law.wlu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1034&context=wlufac>. Consult. 10/20/2018.

¹⁴⁸ “thus, the traditional rule in the United States, as reflected in section 156(1) of the restatement (second) of trusts is that a spendthrift provision for the benefit of the settlor is not effective. DANFORTH, Robert T. op.cit.

¹⁴⁹ DANFORTH, Robert T. op.cit., p.294.

¹⁵⁰ “Commercially-speaking, a Quistclose trust is a means by which a lender of money can retain a “security interest” in loan moneys by inserting a clause into the loan contract which provides that the borrower may use those loan moneys only for specified purposes. If the borrower uses the money for some other purpose, then a trust is imposed on the moneys in the lender’s favour.” HUDSON, Alastair., “THE FUNDAMENTALS OF QUISTCLOSE TRUSTS”. s.d. <http://www.alastairhudson.com/trustslaw/Quistclose.pdf>. consult. em 5/02/2018.

Este *trust* recorda-nos o caso *Barclays Bank Ltd vs Quistclose Investments Ltd*. *Rolls Razor* era uma sociedade que atravessava dificuldades económicas, tendo muitas dívidas. *Quistclose* acordou emprestar-lhe a quantia de que necessitava para fazer face às suas dívidas. Estipulou que o montante mutuado teria de ser usado apenas e só para saldar as suas dívidas. Essa quantia foi colocada numa conta do banco *Barclays*. Porém, *Rolls Razor*, o mutuário, ficou insolvente antes de usar a quantia para saldar as suas dívidas.

Trata-se de um *trust* em que o devedor obtém crédito mediante um empréstimo, assumindo a posição de administrador, enquanto o credor ocupa a posição de beneficiário¹⁵¹. De forma a garantir a sua posição, o credor estipula que a quantia mutuada servirá apenas e só para determinado propósito. Cria-se, então, na sua esfera jurídica, o poder de averiguar se tal é ou não cumprido.

O mutuário tem a obrigação de dar àquela quantia o destino que o mutuante definiu. Se o devedor violar tal imposição, sendo a quantia usada para fim diverso, a quantia mutuada reverte para o seu titular originário¹⁵². Deste modo, o credor-mutuante mantém a titularidade do dinheiro mutuado, ficando legitimado a recuperá-lo no caso de o mutuário violar o acordado ou ser declarado insolvente, como veremos *infra*.

Desta forma, o credor acautela-se e não se limita a esperar que pelo reembolso da quantia mutuada.

Se o devedor-administrador é declarado insolvente antes de cumprir o acordado, a quantia mutuada é detida pelo insolvente para o benefício do credor-beneficiário¹⁵³, estando imune às pretensões dos credores não garantidos. Ele detém-na em *trust*. Há quem entenda que se trata de um *resulting trust* a favor do mutuante¹⁵⁴, uma vez que o credor é o beneficiário titular de um *security interest* sobre aquela quantia.

¹⁵¹ "(...)a Quistclose trust enables a party to a commercial contract to retain their equitable interest in property provided as part of a commercial agreement." HUDSON, Alastair. "Commercial trusts law", Section B: Equitable devices used to take security in commercial contracts". S.d. <https://london.ac.uk/sites/default/files/uploads/study-guide-postgraduate-laws-commercial-trusts-law.pdf>. consult. em 04/04/2018. consult em 25/03/2018. p. 177.

¹⁵² "A Quistclose trust is a term in a loan contract which provides that the borrower can only use the loan moneys for a specific purpose with the result that, if the loan moneys are used for another Commercial trusts law: Section B 10 purpose, then rights to the loan moneys revert to the lender." - HUDSON, Alastair. "Commercial trusts law", op.cit., p.9.

¹⁵³ "A creditor who can successfully claim that he is a beneficiary of a trust is essentially rendered asuper-priority creditor" CHAN, Brandon Dominic. "THE ENIGMA OF THE QUISTCLOSE TRUST". S.d <http://discovery.ucl.ac.uk/1470677/1/2UCLJLJ1%20-%20Quistclose%20Trusts.pdf>. Consult. em 13/04/2018. p.6.

¹⁵⁴ "NATURE of Quistclose trust and dishonesty in breach of trusts explored", *Trust & Trustees*, vol.8 (2002)p.26-30.

Verifica-se ainda uma variante deste tipo de *trusts*: se o credor não confia no devedor e pretende ver a sua posição ainda mais protegida, ao invés de atribuir a quantia mutuada diretamente àquele, transmite-a a um administrador profissional remunerado¹⁵⁵, normalmente uma instituição bancária.

6.1. Caso *Twinsectra*¹⁵⁶

Neste caso, um empresário, Mr. Yardley, necessitado de liquidez para adquirir um bem, procurou obter financiamento. Mr. Sims tinha uma dívida para com Mr. Yardley. *Twinsectra* concordou em emprestar a quantia necessária para a aquisição pretendida, tendo, todavia, estipulado que a quantia fosse retida por si até à sua utilização para a compra do terreno e que essa quantia fosse usada apenas para a compra desse mesmo bem. Mr. Sims, agindo em nome de Mr. Yardley, aceitou o mútuo, vindo a usá-lo para saldar a dívida que tinha para com Mr. Yardley. O banco *Barclays*, entretanto, concordou em conceder o financiamento para o mesmo propósito. Contudo, a quantia mutuada por *Twinsectra* não lhe foi restituída.

Numa ação movida por *Twinsectra*, o tribunal entendeu que não havia um *quistclose trust*, entendimento de que discordamos, pois se Mr. Sims aceitou a quantia mutuada, estava também a aceitar as condições estipuladas no mútuo. Relembremos a segunda cláusula imposta por *Twinsectra*: que a quantia fosse usada apenas para a aquisição da propriedade. O uso da quantia para pagar uma dívida pessoal não se enquadra neste propósito.

Apesar de haver quem entendesse que as condições acordadas eram demasiado vagas e ambíguas, não cremos que o sejam. Se Mr. Sims aceitou o mútuo, tal demonstra que anuiu às condições estipuladas e, se as aceitou, fê-lo sem ter dúvidas relativamente ao seu sentido. A nosso ver, o caso assemelha-se ao caso *quistclose*.

Mais tarde, o caso chegou ao tribunal de recurso que, por sua vez, discordou da decisão proferida em primeira instância e entendeu existir um *quistclose trust*.

¹⁵⁵ HUDSON, Alastair. “Commercial trusts law”, op.cit.

¹⁵⁶ “NATURE of Quistclose trust and dishonesty in breach of trusts explored”, *Trust & Trustees*, vol.8 (2002)p.26-30.

7. *Twilight trust*

Este tipo de *trust* também tem como função conferir garantia aos credores. Possui este nome peculiar devido ao facto de a sua criação ocorrer na eminência de uma insolvência.

No período *twilight*, - i.e período de pré-insolvência - ¹⁵⁷ a empresa tem a percepção de que se demonstra improvável evitar a insolvência¹⁵⁸. De forma a demonstrar que todas as providências foram tomadas para evitar esse desfecho, cria-se o *twilight trust*, protegendo-se os interesses dos credores.

Garantem-se duas categorias de credores: os clientes que pagam antecipadamente e os fornecedores¹⁵⁹.

Um consumidor que pague antecipadamente encontra-se numa posição de risco, sem garantias e com receio de, na eventualidade de a sua contraparte entrar em insolvência, não obter o bem ou serviço pelo qual pagou ou não reaver o seu dinheiro.¹⁶⁰

Se a empresa, que recebeu a encomenda por parte do consumidor, tem a percepção da possibilidade de ser declarada insolvente (estamos no período *twilight*), deve o dinheiro recebido ser segregado, num *trust*, impedindo o seu acesso aos credores não garantidos da empresa.

Sem o *twilight trust* o consumidor seria mais um credor não garantido na ocorrência de insolvência da empresa contratante.

Se a empresa não ficar insolvente, o consumidor recebe o bem pelo que pagou. Se for, aquele dinheiro constituído em *trust* volta para ele.

Cria-se, assim, uma prioridade a favor dos credores no *quistclose* e no *twilight trust*.

¹⁵⁷ "(...)the period when directors know that insolvent liquidation is unlikely to be avoided but continue to trade in the interests of creditors." - VERRILL, Louise, Martin ELLIS- "Twilight trusts", *Insolvency and restructuring international*, vol I n.2 (2007). p 8-14.

¹⁵⁸ VERRILL, Louise, Martin ELLIS- "Twilight trusts", *Insolvency and restructuring international*, vol I n.2 (2007). p 8-14.

¹⁵⁹ CRANSTON, PETER; Eversheds Hugh SIMS, Guidhall CHAMBERS. op.cit., p.3.

¹⁶⁰ FINCH, Vanessa (2002) – *Corporate insolvency law: perspectives and principles*. 2ª ed. Cambridge University Press. p.657.

8. Deed of Trust

Podemos ilustrar este instituto da seguinte forma: A vende a B uma casa. B celebra com C um mútuo. C, para se garantir, pede a B para assinar uma *promissory note*. Com a quantia mutuada, B paga o preço da casa. Apesar de nela passar a habitar, B transfere a *legal ownership* a D, o administrador.

Também denominado de *trust deed*, este tipo de *trust* tem como função o uso da propriedade do devedor como garantia do cumprimento. Por vezes é confundido¹⁶¹ com o *mortgage*, outro instituto jurídico que visa a garantia do credor. Tal confusão deve-se ao facto de em ambas as figuras a sua garantia incidir sobre a propriedade do devedor. Porém, no *mortgage* temos apenas duas entidades – o mutuante e o mutuário- e, no *deed of trust* temos, além destas, ainda o *trustee*¹⁶².

O *deed of trust* é acompanhado de uma *promissory note*, i.e, uma promessa de cumprimento¹⁶³, um documento no qual se regula o teor do mútuo. Neste documento, o devedor-mutuário garante que irá, numa data futura, restituir aquela quantia ao credor-mutuante. O mutuante fica com a *promissory note* em seu poder, uma vez que ela serve de prova da existência da dívida e da garantia pessoal do devedor pelo seu cumprimento.

O mutuário assume a posição de disponente e transmite ao administrador a *legal ownership* do bem adquirido. O administrador detém a propriedade a título condicional¹⁶⁴. Na eventualidade de o mutuário não cumprir a sua obrigação de restituição do capital, o administrador fica munido de legitimidade e poder de “executar a garantia”, alienando o bem no mercado e, com o produto da venda, pagar ao mutuante a dívida. Parece que esta obrigação de pagamento¹⁶⁵ diz respeito não apenas à dívida principal entre o devedor e credor mas também ao pagamento de taxas e seguros relativos à propriedade.

¹⁶¹ SANDERSON, Douglas J. "COMMERCIAL LENDING REQUIREMENTS AND LOAN DOCUMENTATION IN VIRGINIA", *Part IX. Real Estate Issues.*, 2004, <https://mccandlishlawyers.com/wp-content/uploads/2013/12/CommLending-REIssues100904.pdf>. consult. em 16/04/2018.

¹⁶² SANDERSON, Douglas J. op.cit.

¹⁶³ PUCCIO, G. Guy., "Trust deed investments", *What you should know!!*, s.d <http://www.dre.ca.gov/files/pdf/re35.pdf>. consult. em 27/03/2018.

¹⁶⁴ PUCCIO, G. Guy. op.cit.

¹⁶⁵ PUCCIO, G. Guy., op.cit.

Se, pelo contrário, o devedor cumprir a sua obrigação de restituição da quantia mutuada, o *deed of trust* e o *promissory note* são cancelados e o administrador transfere a *ownership*¹⁶⁶ ao disponente, recuperando a plenitude da propriedade.

9. *Trust mortgage*

O *mortgage trust* pode assumir duas finalidades: reorganização e liquidação¹⁶⁷. Foquemo-nos na função de reorganização, que visa conferir garantia aos credores não garantidos, tendo finalidade garantística.

À semelhança do caso anterior, temos um mútuo, conferido em virtude de o mutuário constituir o seu bem em garantia, mantendo, contudo, o uso do mesmo. Para garantir o credor, o mutuário confere ao administrador o *security interest* relativamente ao seu património. O mutuário assume a obrigação de fazer pagamentos correntes ao administrador de forma a saldar a dívida que tem para com o credor. Por sua vez, o administrador entrega essas quantias ao mutuante, que é o beneficiário deste *trust*. Na eventualidade de o mutuário incumprir a sua obrigação, o administrador fica munido de legitimidade para vender os bens sobre os quais detém o *security interest*, podendo proceder à sua liquidação imediata.

Facilmente confundido com o *deed of trust*, parece-nos que a diferença principal entre ambos reside no facto de, no *deed of trust*, o bem adquirido com a quantia mutuada se consubstanciar no objeto da garantia, ao passo que, a nosso ver, no *mortgage trust* se dá em garantia o património geral do devedor. Em ambos os casos o facto de o administrador deter o *security interest* sobre o bem constituído em garantia diminui consideravelmente o risco de incumprimento por parte do devedor, pois este sabe que o administrador possui legitimidade para alienar os seus bens no mercado.

¹⁶⁶ SCHWARCZ, Steven L., "Commercial trusts as business organizations: unraveling the mystery", s.d. https://scholarship.law.duke.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.pt/&httpsredir=1&article=1841&context=faculty_scholarship, consult. em 26/03/2018. p.570.

¹⁶⁷ COHN, Daniel C., Nathan R. SOUCY. "Relief without petition: non-bankruptcy alternatives: trust mortgages: an under-appreciated tool", 2009, <http://www.lexisnexis.com>. Consult. em 26/04/2018.

10. *Pension fund*

Antes de mais: os *pension funds* são *trusts*¹⁶⁸. Neste tipo de *trusts* verifica-se a existência de um contrato de trabalho. O empregador e os trabalhadores vão colocando de parte, em *trust*, certas quantias monetárias, criando-se um fundo de pensões para mais tarde pagar as pensões dos trabalhadores da empresa¹⁶⁹. Trata-se de uma compensação diferida, a pagar aquando da reforma¹⁷⁰.

Os *pension funds* são um tipo de *trust* peculiar uma vez que, como também contribuem para o fundo de pensões do *trust*, os trabalhadores assumem simultaneamente as posições de *disponentes* e de *beneficiários*¹⁷¹.

O empregador é o disponente. O administrador, por sua vez, assume as suas funções de administração e, mais tarde, quando os trabalhadores atingem a reforma, faz a distribuição das quantias administradas¹⁷².

Uma vez que o fundo de pensões se encontra constituído em *trust*, a quantia arrecadada encontra-se imune aos riscos de insolvência do empregador¹⁷³ e da perda de emprego devido ao encerramento da empresa. Os trabalhadores encontram-se acautelados de antemão. Sabem que aquele fundo de pensões se encontra reservado para si, sendo imune às pretensões dos credores da empresa¹⁷⁴.

Apresentamos, seguidamente, modalidades de *pension funds*.

¹⁶⁸ HUDSON, Alastair. "OCCUPATIONAL PENSION FUNDS" 24.1 *PENSION FUNDS AS INVESTMENT ENTITIES*. S.d. <http://www.alastairhudson.com/trustslaw/pensions.pdf>. consult. em 15/04/2018.

¹⁶⁹ HUDSON, Alastair. "OCCUPATIONAL PENSION FUNDS" op.cit.

¹⁷⁰ LANGBEIN, John H. "The Secret Life of the Trust: The Trust as an Instrument of Commerce" 1997. http://digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1499&context=fss_papers. Consult. em 17/04/2018. p.169.

¹⁷¹ HUDSON, Alastair. "OCCUPATIONAL PENSION FUNDS" op.cit.

¹⁷² HUDSON, Alastair. "OCCUPATIONAL PENSION FUNDS" op.cit.

¹⁷³ LANGBEIN, John H. op.cit.

¹⁷⁴ MATTEI, UGO, Henry HANSMANN. Trust law in the United States. A basic study of its special contribution. 1998. https://repository.uchastings.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2283&context=faculty_scholarship. consult. em 17/04/2018.

10.1. *Secular trust*

Neste *trust* o empregador coloca de parte, em *trust*, a compensação do trabalhador. Trata-se de uma compensação diferida, a ser entregue àquele em data futura¹⁷⁵. Até então a quantia encontra-se em *trust* destinada a si.

O empregador assume a posição de disponente e o trabalhador a de beneficiário, tendo o direito a obter aquela quantia monetária futuramente¹⁷⁶.

Sendo a quantia colocada em *trust*, significa que está protegida das pretensões dos credores não garantidos da empresa, no caso de esta ficar insolvente¹⁷⁷.

10.2 *Rabbi trust*

Ao contrário do *trust* anterior, a compensação diferida não se encontra protegida das pretensões dos credores da empresa na eventualidade de esta ficar insolvente¹⁷⁸. Este *trust* é considerado inseguro¹⁷⁹ pois o património encontra-se acessível aos credores não garantidos em caso de insolvência¹⁸⁰, característica pouco comum nos demais *trusts*.

A compensação diferida tem como função proteger o trabalhador, caso o empregador se recuse ou não possa pagar a remuneração habitual¹⁸¹. É entregue ao trabalhador quando se verifique uma situação de reforma, morte ou despedimento sem justa causa¹⁸².

¹⁷⁵ Trata-se de uma data futura. Esta data pode ou não coincidir com a reforma do trabalhador – DICKHAUS, Karl. “The demise of the rabbi trust”, 1996. https://openscholarship.wustl.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.pt/&httpsredir=1&article=1636&context=law_lawreview. Consult. em 27/04/2018.

¹⁷⁶ DICKHAUS, Karl. Op.cit.

¹⁷⁷ DICKHAUS, Karl. Op.cit.

¹⁷⁸ DICKHAUS, Karl. Op.cit.

¹⁷⁹ WELLS, Thomas O., Nick JOVANOVIĆ. “Analysis of asset protection plans for physician practice groups”. S.d. <http://www3.flabar.org/DIVCOM/JN/JNJournal01.nsf/Author/26BC43711B60011D85256E43004E077D>. consult. em 22/04/2018

¹⁸⁰ WELLS, Thomas O., Nick JOVANOVIĆ. “Analysis of asset protection plans for physician practice groups”. S.d. <http://www3.flabar.org/DIVCOM/JN/JNJournal01.nsf/Author/26BC43711B60011D85256E43004E077D>. consult. em 22/04/2018.

¹⁸¹ BRUCKMAN, David B. “Implementing and exiting rabbi trusts”, 2002, www.lexisnexis.com. Consult. em 15/04/2018.

¹⁸² BRUCKMAN, David B. “Implementing and exiting rabbi trusts”, 2002, www.lexisnexis.com. Consult. em 15/04/2018.

Na hipótese de a empresa ficar insolvente, é provável que o trabalhador nunca venha a receber a compensação diferida e que os credores não garantidos tirem dela proveito¹⁸³.

A melhor forma de acautelar o trabalhador, caso ocorra um *triggering event* consiste em extinguir o *trust*, de forma a fazer a distribuição da quantia até então arrecadada, ou optar-se pela conversão do *rabbi trust* num *secular trust*¹⁸⁴. Este *triggering event* pode ser demonstrativo da proximidade da insolvência¹⁸⁵ ou pode ser a morte, incapacidade ou afastamento dos serviços. Uma vez ocorrido esse evento, a compensação diferida é colocada de parte, de forma a ficar protegida das pretensões dos credores não garantidos da empresa.

10.3 *Rabbicular trust*

Consiste na junção dos *trusts* anteriormente analisados: o *secular* e o *rabbi trust*¹⁸⁶.

O *rabbicular trust* possui o “*triggering event*”¹⁸⁷ do *rabbi trust*, mas inclui no seu elenco mais alguns eventos de cariz financeiro, nomeadamente a descida do preço ou do *stock* de produtos, ou o declínio dos rendimentos auferidos pela empresa¹⁸⁸.

A compensação diferida é colocada fora do alcance dos credores não garantidos, na ocorrência de um desses eventos. Se, até então, o interesse do trabalhador não se encontrava totalmente protegido, com o desencadear de um desses eventos, ele vê a sua posição acautelada, ficando a compensação diferida protegida, no caso de a empresa ficar insolvente.

¹⁸³ DICKHAUS, Karl. op.cit.

¹⁸⁴ WELLS, Thomas O., Nick JOVANOVIĆ. Op.cit.

¹⁸⁵ “(...)once a certain triggering event (e.g change of control) has occurred, the *rabbi trust* is designed to terminate and to distribute its assets into individual secular trusts for the various executives (which are then protected from the employer’s general creditors)” KENNEDY, Kathryn J. “Symposium: the future of employee benefits law: a john marshall law review. Symposium: a primer on the taxation of executive deferred compensation plans”, 2002, www.lexisnexis.com, consult. em 30/03/2018.

¹⁸⁶ KENNEDY, Kathryn J. “Symposium: the future of employee benefits law: a john marshall law review. Symposium: a primer on the taxation of executive deferred compensation plans”, 2002, www.lexisnexis.com, consult. em 30/03/2018.

¹⁸⁷ WELLS, Thomas O., Nick JOVANOVIĆ. Op.cit.

¹⁸⁸ DICKHAUS, Karl. Op.cit.

Conclusão

Os credores assumem riscos. No *quistclose trust*, o credor corre o risco de, ao emprestar uma determinada quantia pecuniária, esta não lhe vir a ser restituída. No *twilight trust*, o credor paga adiantadamente o preço do bem ou serviço. Por correrem o risco de não receber a quantia mutuada ou de não receber o bem ou serviço, têm direito a ver a sua situação protegida. Eis a função garantística do *trust*.

Quer no *quistclose trust*, quer no *twilight trust*, é atribuído um *property interest* aos credores, de forma a garanti-los. Com a criação deste tipo de *trusts* os credores ficam acautelados, em caso de declaração insolvência das contrapartes.

Para muitos o *trust* é um meio para afastar os credores mas também pode ser usado como forma de garantir os interesses daqueles.

Este instrumento assume uma posição garantística muito forte, sendo mais forte do que o penhor. Segundo Maria João Tomé, o penhor, em comparação com o *trust*, mais não oferece do que uma preferência ao credor não afastando, contudo, o fenómeno do concurso dos credores. Tal não sucede no instituto do *trust*. O *trust*, além de evitar o concurso de credores, também não pressupõe o desapossamento, como decorre da análise do *deed of trust* e do *mortgage trust*.

O *trust* consegue afastar os credores privilegiados – como a segurança social e o fisco -, algo que as demais garantias tradicionais, como o penhor e a hipoteca, não são capazes de fazer. Com o *trust* cria-se uma prioridade a favor de determinado credor: ele encontra-se seguro, ainda que perante situações extremas, como a declaração de insolvência do administrador¹⁸⁹.

É possível, com o recurso ao *trust*, que ambas as partes contratantes se encontrem acauteladas. Alastair Hudson¹⁹⁰ oferece-nos o seguinte exemplo: um empreiteiro compromete-se a realizar certa obra e, para tal, compra materiais e paga aos seus trabalhadores. De forma a acautelar a sua remuneração, propõe ao dono da obra que este coloque periodicamente uma quantia da remuneração numa conta bancária. O banco administra, *em trust*, aquela quantia. No caso em apreço, quem assume o papel de

¹⁸⁹ “Consequently, a beneficiary is described by insolvency practitioners as being a ‘secured creditor’.” HUDSON, Alastair (2008) - *Understanding Equity & Trusts*. 3ªed. Routledge-Cavendish. Canada. p.24.

¹⁹⁰ HUDSON, Alastair. “Commercial trusts law”, Section B: Equitable devices used to take security in commercial contracts”. S.d. <https://london.ac.uk/sites/default/files/uploads/study-guide-postgraduate-laws-commercial-trusts-law.pdf>. consult. em 04/04/2018. consult em 25/03/2018.

administrador é o banco. O beneficiário é o empreiteiro. Deste modo, o empreiteiro encontra-se garantido. O dono da obra também está garantido pois, na eventualidade de o empreiteiro não acabar a obra, a quantia monetária retorna a si.

Ambas as partes se encontram garantidas e veem a sua posição acautelada. Ao que parece, não existe no nosso ordenamento jurídico instituto semelhante, o que demonstra, mais uma vez, a superioridade do *trust*.

Podemos concluir que o *trust* é mais do que uma forma de transferência de propriedade e de afastamento dos credores. É um instituto flexível, que pode assumir os mais variados propósitos, incluindo o de garantia do cumprimento das obrigações.

Referências bibliográficas

“NATURE of Quistclose trust and dishonesty in breach of trusts explored”, *Trust & Trustees*, vol.8 (2002)p.26-30 [s.n].

ANDRADE, Margarida Costa. “A propriedade fiduciária”, 2009 <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/12104/1/propriedade.fiduci%C3%A1ria.pdf> f. Consult em 06/04/2018.

BRUCKMAN, David B. “Implementing and exiting rabbi trusts”, 2002, www.lexisnexis.com. Consult. em 15/04/2018.

CHAN, Brandon Dominic. “THE ENIGMA OF THE QUISTCLOSE TRUST”. S.d <http://discovery.ucl.ac.uk/1470677/1/2UCLJLJ1%20-%20Quistclose%20Trusts.pdf>. Consult. em 13/04/2018.

COHN, Daniel C., Nathan R. SOUCY. “Relief without petition: non-bankruptcy alternatives: trust mortgages: na under-appreciated tool”, 2009, <http://www.lexisnexis.com>. Consult. em 26/04/2018.

CORDEIRO, António Barreto Menezes (2014) – *Do trust no direito civil*. col. Teses. Coimbra, Almedina.

CRANSTON, PETER; Eversheds Hugh SIMS, Guidhall CHAMBERS – TWILIGHT TRUSTS: protection from those you cannot trust?. 2009. http://www.guildhallchambers.co.uk/files/InsolvSemnotesJune09Twilighttrusts_PeterCranston&HughSims.pdf. consult. em 15/02/2018.

CURZON, L.B. (1985) – *Equity and trusts*; 4ªed. Inglaterra, Plymouth, Macdonald and Evans.

DANFORTH, Robert T. “Rethinking the Law of Creditors' Rights in Trusts”. 2002. <https://scholarlycommons.law.wlu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1034&context=wlufac>. Consult. 10/20/2018.

DICKHAUS, Karl. “The demise of the rabbicular trust”, 1996. https://openscholarship.wustl.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.pt/&httpsredir=1&article=1636&context=law_lawreview. Consult. em 27/04/2018.

FINCH, Vanessa (2002) – *Corporate insolvency law: perspectives and principles*. 2ª ed. Cambridge University Press.

FRATCHER, William F. (1994) - Trust; IN *Property and trust* – on International Encyclopedia of Comparative Law, vol. VI. J.C.B. Mohn Paul Siebeck.

GRETTON, George I (2000) – “Trusts without equity” – in International and comparative law. Quarterly, vol 49. P. 599-620.

HANDMANN, Henry & Ugo MATTEI. "The functions of trust law: a comparative legal and economic analysis", 1998. <http://www.nyulawreview.org/sites/default/files/pdf/NYULawReview-73-2-Hansmann-Mattei.pdf>. consult. em 22/02/2018.

HUDSON, Alastair (2008) - *Understanding Equity & Trusts*. 3ªed. Routledge-Cavendish. Canada.

Hudson, Alastair (Produtor), (2007) "What is a trust?" *Podcasts on equity & Trusts*[Áudio podcast], <http://www.alastairhudson.com/podcasts/E&T%20Mixed%20Podcasts/1-What%20is%20a%20trust.MP3>.

HUDSON, Alastair(2003)- *Equity & trusts*, 3ªed, Cavendish Publishing Limited. Londres.

HUDSON, Alastair. "Commercial trusts law", Section B: Equitable devices used to take security in commercial contracts". S.d. <http://london.ac.uk/sites/default/files/uploads/study-guide-postgraduate-laws-commercial-trusts-law.pdf>. consult. em 04/04/2018. consult em 25/03/2018.

HUDSON, Alastair. "OCCUPATIONAL PENSION FUNDS" 24.1 *PENSION FUNDS AS INVESTMENT ENTITIES*. S.d. <http://www.alastairhudson.com/trustslaw/pensions.pdf>. consult. em 15/04/2018.

HUDSON, Alastair., "THE FUNDAMENTALS OF QUISTCLOSE TRUSTS". s.d. <http://www.alastairhudson.com/trustslaw/Quistclose.pdf>. consult. em 5/02/2018

KENNEDY, Kathryn J. "Symposium: the future of employee benefits law: a john marshall law review. Symposium: a primer on the taxation of executive deferred compensation plans", 2002, www.lexisnexis.com, consult. em 30/03/2018.

LANGBEIN, John H. "The Secret Life of the Trust: The Trust as an Instrument of Commerce" 1997. http://digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1499&context=fss_papers. Consult. em 17/04/2018.

MARTINS, Raphael Manhães., "ANÁLISE DA "ACLIMATAÇÃO" DO TRUST AO DIREITO BRASILEIRO: O CASO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA", s.d, <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/viewFile/9593/7426>. consult. em 15/01/2018.

MATTEI, UGO, Henry HANSMANN. Trust law in the United States. A basic study of its special contribution. 1998. https://repository.uchastings.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2283&context=faculty_scholarship. consult. em 17/04/2018.

NEWMAN, Alan. The rights of Creditors of Beneficiaries under the Uniform Trust Code: An Examination of the Compromise , 2002 https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=980989. Consult. em 28/04/2018.

Patrão, Afonso – “Reflexões sobre o reconhecimento de trusts voluntários sobre imóveis situados em Portugal”, *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. LXXXVII (2011), 357-427.

PEACE, Robert. A, Waren BARR (2015) – *Trusts and equitable obligations*. 6ªed. Oxford University Press. Reino Unido.

PEREIRA, Fábio Queiroz. “Fidúcia: origem, estrutura e tutela”. S.d. https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucha/revista_justica_e_historia/issn_1677-065x/v10n19n20/FIDUCIA.pdf.

PUCCIO, G. Guy., "Trust deed investments", *What you should know!!*,s.d. <http://www.dre.ca.gov/files/pdf/re35.pdf>. consult. em 27/03/2018.

RAMJOHN, Mohamed. (2004) *Materials on trusts*. 3ª ed. Cavendish Publishing Limited . Grã-Bretanha.

SANDERSON, Douglas J. "COMMERCIAL LENDING REQUIREMENTS AND LOAN DOCUMENTATION IN VIRGINIA", *Part IX. Real Estate Issues.*, 2004, <https://mccandlishlawyers.com/wp-content/uploads/2013/12/CommLending-REIssues100904.pdf>. consult. em 16/04/2018.

SCHWARCZ, Steven L., "Commercial trusts as business organizations: unraveling the mystery", s.d. https://scholarship.law.duke.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.pt/&httpsredir=1&article=1841&context=faculty_scholarship. , consult. em 26/03/2018.

SULÇE, Nertila., “Trust as e relationship treated by common law legal systems and as a relationship treated by civil law legal systems. Things in common and comparison between the two systems.”, 2015. <https://ecsdev.org/ojs/index.php/ejsd/article/view/290/281>. consult. em 15/02/2018.

TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz, Diogo Leite de CAMPOS (1999) - *A Propriedade Fiduciária (Trust) - Estudo para a sua consagração no Direito Português*, Coimbra, Livraria Almedina.

TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz. *Sobre o contrato de mandato sem representação e o trust*. S.d. <https://portal.oa.pt/comunicacao/publicacoes/revista/ano-2007/ano-67-vol-iii-dez-2007/doutrina/maria-joao-romao-carreiro-vaz-tome-sobre-o-contrato-de-mandato-sem-representacao-e-o-trust/>. Consult. em 01/10/2017.

VERRILL, Louise, Martin ELLIS- "Twilight trusts", *Insolvency and restructuring international*, vol I n.2 (2007). p 8-14.

WELLS, Thomas O., Nick JOVANOVIĆ. "Analysis of asset protection plans for
physician practice groups". S.d
<http://www3.flabar.org/DIVCOM/JN/JNJournal01.nsf/Author/26BC43711B60011D85256E43004E077D>. consult. em 22/04/2018.

WULF, Christian De (1965) – *The trust and corresponding institutions in the civil law*.
col. Centre Universitaire de Droit Comparé. Bruxelles.